

SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ

Termo de Referência 8/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
8/2025	200364-SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ	DIEGO SANT ANA DA SILVA	15/09/2025 12:25 (v 0.17)
Status	PUBLICADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	40/2025	08385.003418/2025-70

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO (ART. 6º, XXIII, “A” E “I” DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

1.1. Aquisição de gêneros alimentícios (café, açúcar orgânico, chá de camomila, chá de erva cidreira e adoçante), por meio da modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, para a reposição do almoxarifado da Superintendência de Polícia Federal no Paraná (SR/PF/PR; UASG 200364), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento. nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO	ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO		QUANTIDADE
				EMBALAGEM	UNIDADE MEDIDA	
1	1	606523	Café	Caixa ou pacote	500g	2.250
	2	463990	Açúcar Cristal Orgânico	Pacote	Kg	620
	3	353665	Chá de Camomila.	Caixa com 10 sachês	Unidade	650
	4	353666	Chá de Erva Cidreira.	Caixa com 10 sachês	Unidade	650
	5	407523	Adoçante 100 ml	Frasco 100 ml	Unidade	120
	6	606523	Café (Cota reservada ME e EPP)	Caixa ou pacote	500g	750

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 03 (três) meses contados da assinatura do contrato ou do instrumento equivalente, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O custo estimado total da contratação é **de R\$133.417,40** (cento e trinta e três mil e quatrocentos e dezessete reais e quarenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela abaixo:

GRUPO	ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO		QTDE	VALOR UN.	VALOR TOTAL
				EMBALAGEM	UNIDADE MEDIDA			
1	1	606523	Café em pó	Caixa ou pacote	500g	2.250	41,85	R\$94.162,50
	2	463990	Açúcar Cristal Orgânico	Almofada (pacote)	Kg	620	5,03	R\$3.118,60
	3	353665	Chá de Camomila.	Caixa com 10 sachês	Unidade	650	3,24	R\$2.106,00
	4	353666	Chá de Erva Cidreira.	Caixa com 10 sachês	Unidade	650	2,84	R\$1.846,00
	5	407523	Adoçante 100 ml	Frasco 100 ml	Unidade	120	6,64	R\$796,80
	6	606523	Café em pó (Cota ME e EPP)	Caixa ou pacote	500g	750	41,85	R\$31.387,50
							TOTAL	R\$133.417,40

- 1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “B”, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

- 2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) 2025 (dois mil e vinte e cinco) conforme detalhamento a seguir:

2.2.1. ID PCA no PNCP: 00394494000136-0-000042/2025

2.2.2. Data de publicação no PNCP: 27/09/2024

2.2.3. Id do item no PCA: 8, 9, 10 e 11

2.2.4. Classe/Grupo: 8955, 8925, 8955, 8940 (respectivamente, conforme ID do item)

2.2.5. Identificador da Futura Contratação: 200364-40/2025

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E DA ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “C”, E ART. 40, §1º, INCISO I, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

3.1. ITEM 1 e ITEM 6 (Café): Café em pó homogêneo, grupo torrado e moído, classificação da torra: média, moagem fina ou média para uso em coador. Composição 100% arábica ou blend de predominância arábica. Qualidade Global igual ou superior a 6,0 (seis), formado por grãos de café tipo 6 COB ou melhores, com no máximo de 10% (dez por cento) de grãos com defeitos (pretos, verdes e ou ardidos) e ausente de grãos fermentados, isento de gosto Rio e Rio Zona. Umidade e voláteis: máximo 5,0%; resíduo mineral fixo: máximo 5,0%; resíduo mineral fixo, insolúvel em ácido clorídrico a 10% v/v: máximo 1,0%; cafeína: mínimo 0,7%; extrato aquoso: mínimo 25,0%; extrato etéreo: mínimo 8,0%. Embalado individualmente em pacote ou caixa à vácuo com 500g. Validade impressa no rótulo de no mínimo 12 (doze) meses a contar da data de entrega. Deverá constar no rótulo a espécie do café: “100% (nome da espécie)” ou “predominantemente (nome da espécie)”. Marcas referenciais: Melitta Especial, Santa Clara Premium, 3 Corações Estrada Real, Pilão Cafeteria Coado ou similares que atendam às especificações técnicas exigidas.

3.1.1. **Certificações e laudos técnicos exigidos** (para comprovação da Qualidade Global exigida, superior a 6,0): certificado de pureza da Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC) ou; por meio de laudo emitido por laboratórios credenciados pela Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos de Saúde (REBLAS/ANVISA) ou; por meio de laboratório credenciado pelo INMETRO ou; por um laboratório especializado credenciado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) de acordo com a legislação vigente (PORTARIA SDA Nº 570, DE 9 DE MAIO DE 2022, Lei 9972 de 2000 e Decreto nº 6268 de 2007).

3.1.2. **Rotulagem:** O rótulo do produto deverá conter, no mínimo, as seguintes informações: o grupo do produto, identificado como "torrado e moído"; a espécie do café, informada com a expressão "100% (nome da espécie)" ou "predominantemente (nome da espécie)", conforme o caso, sendo permitida, adicionalmente, a indicação da variedade do café; a denominação de venda do produto, composta pela palavra "café" acompanhada da marca comercial, se houver; a identificação do lote; o nome empresarial, número do CNPJ ou CPF do responsável; o ponto de torra ou a classificação da torra; o prazo de validade; instruções de conservação, preparo e uso, quando necessárias; e o peso líquido. As características de torrefação correspondem ao ponto de torra e à classificação da torra, conforme estabelecido no Anexo IV da Portaria SDA /MAPA nº 570, de 2022.

3.1.3. Além de atender à legislação específica sobre rotulagem, o produto deverá seguir as normas vigentes relativas aos padrões microbiológicos, requisitos sanitários, limites de tolerância para matérias estranhas, entre outras exigências estabelecidas pelos órgãos competentes.

3.2. ITEM 2 (Açúcar Cristal Orgânico): Açúcar obtido da sacarose de cana-de-açúcar, do tipo cristal, certificação de produto orgânico (selo afixado ou impresso no rótulo ou na embalagem), com granulação uniforme, cor branca ou levemente amarelada, isento de impurezas, umidade excessiva, odores estranhos, sujidades ou qualquer sinal de deterioração. Como mera referência, citam-se as marcas: União, Caravelas, Native ou similares. O produto deverá ser acondicionado em embalagem primária (contato direto com o alimento), resistente e lacrada, com capacidade de 1 (um) kg cada. Validade de no mínimo 12 (doze) meses a contar da data de entrega.

3.2.1. **Rotulagem:** O rótulo do produto deverá conter, obrigatoriamente, as seguintes informações: o selo do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica; a classificação do produto, com a palavra "Classe" seguida da denominação da classe correspondente e do tipo correspondente; a palavra "açúcar" acompanhada da marca comercial, se houver; a identificação do lote; o peso líquido; o nome empresarial, o número do CNPJ ou CPF e o endereço da empresa embaladora ou do responsável pelo produto. Deverá constar também a tabela de informação nutricional, salvo nos casos de exceção previstos no Anexo I da Instrução Normativa nº 75, de 2020, da ANVISA, como, por exemplo, açúcares acondicionados em embalagens com superfície visível para rotulagem menor ou igual a 100 cm² (ex: sachês). Além disso, o prazo de validade deverá estar claramente indicado.

3.2.2. O produto, além de atender à legislação específica sobre rotulagem, deverá seguir as normas vigentes relativas aos padrões microbiológicos, requisitos sanitários e limites de tolerância para matérias estranhas, entre outras exigências estabelecidas pelos órgãos competente

3.3. GRUPO 1, ITEM 3 (Chá de Camomila): elaborado com flores desidratadas de *Matricaria recutita* L. (camomila), apresentado em caixa comercial lacrada e inviolada, contendo internamente 10 (dez) sachês individuais (com grânulos de chá). Cada sachê deve conter entre 1g e 2g de produto seco, livre de impurezas, fragmentos estranhos ou sinais de umidade. Marcas meramente referenciais: Leão, Dr. Oetker, Twinings ou similares que atendam às especificações técnicas exigidas. A validade mínima exigida é de 12 (doze) meses a contar da data da entrega.

3.4. GRUPO 1, ITEM 4 (Chá de Erva Cidreira): elaborado com folhas desidratadas de *Melissa officinalis* ou *Cymbopogon citratus* (erva-cidreira), acondicionado em embalagem comercial lacrada e inviolada, contendo 10 (dez) sachês individuais (com grânulos de chá). Cada sachê deve conter entre 1g e 2g de produto seco, livre de impurezas, fragmentos estranhos ou sinais de umidade. Marcas referenciais: Leão, Dr. Oetker, Twinings ou similares que atendam às especificações técnicas exigidas. A validade mínima exigida é de 12 (doze) meses a contar da data da entrega.

3.5. ITEM 5 (Adoçante): adoçante dietético líquido, transparente, destinado ao uso em bebidas quentes ou frias, em frascos plásticos de 100 ml devidamente lacrados e com sistema de dosagem controlada (bico dosador). O produto deverá ser formulado com edulcorantes permitidos e autorizados pela Anvisa, como sucralose, ciclamato, sacarina, acesulfame-K, estévia ou combinações desses, conforme especificado no rótulo. O adoçante deverá possuir sabor doce agradável, sem resíduos ou sabores amargos indesejáveis, e estar isento de impurezas ou sinais de deterioração. Como mera referência, citam-se as marcas: Zero-Cal, Linea, Finn ou similares que atendam integralmente às especificações exigidas. A validade mínima exigida é de 12 (doze) meses a contar da data de entrega.

3.6. Todos os produtos, por se tratar de itens alimentícios, devem atender às regulamentações e normas estabelecidas pelos órgãos competentes, como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e/ou o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), garantindo sua conformidade com a legislação vigente relacionada à segurança alimentar e qualidade.

3.7. Para todos os produtos, a rotulagem deverá ser apresentada em língua portuguesa e conter, obrigatoriamente, as seguintes informações: nome do produto, marca, lista de ingredientes, composição nutricional, data de fabricação, prazo de validade, número do lote, dados completos do fabricante (incluindo CNPJ e endereço), e demais dados exigidos pelos regulamentos aplicáveis

3.8. Ressalte-se que os produtos deverão ter, **no momento da entrega à Polícia Federal, prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses**. Tal exigência se justifica pelo fato de que os itens serão adquiridos para atender ao consumo estimado de um ano. Dessa forma, não serão aceitos produtos com validade inferior a esse período, a fim de evitar o risco de vencimento durante o uso regular, o que comprometeria a qualidade e a segurança no consumo.

3.9. Havendo qualquer divergência entre as descrições contidas no CATMAT e no Termo de Referência, prevalecem as especificações do Termo de Referência.

3.10. Cláusulas de Sustentabilidade

3.10.1. Os critérios de sustentabilidade devem abranger cada fase do ciclo de vida do objeto quais sejam: produção, distribuição, uso e destinação final.

3.10.1.1. Produção:

a. Os processos de plantio, colheita e processamento devem atender às exigências sociais, ambientais e econômicas em conformidade aos normativos que tratam do tema.

b. As embalagens primária e secundária dos produtos devem ser recicláveis e/ou conter percentual de material reciclado em sua composição em observância aos normativos que tratam do tema.

3.10.1.2. Distribuição:

a. Devem ser observados os normativos que dispõem sobre as boas práticas para distribuição e comercialização do gêneros alimentícios (café torrado e moído, açúcar orgânico, chá e adoçante)

3.10.1.3. Uso:

a. A forma de consumo do gêneros alimentícios (café torrado e moído, açúcar orgânico, chá e adoçante) deve evitar desperdício.

3.10.1.4. Destinação final:

a. Deve ser realizado o descarte seletivo das embalagens a fim de favorecer a correta destinação no pós-consumo. A ABNT-NBR 16182: 2014 contém a simbologia de identificação dos materiais para o adequado descarte.

3.11. Cota para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte:

3.11.1. Exceto quanto ao item 1, **todos os demais itens são de participação exclusiva de Micro Empresa e Empresa de Pequeno Porte**, nos termos do inciso I do Art. 48 da LC n. 123/2006.

3.11.2. Em atendimento ao disposto no art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e considerando que o objeto é de natureza divisível, **fica estabelecida a reserva de 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo total do item referente ao fornecimento de café (Item 6)** para contratação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, medida esta que visa assegurar tratamento diferenciado e favorecido a tais empresas, em conformidade com a legislação aplicável.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “D”, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1. Sustentabilidade:

4.1.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- a. Os materiais a serem fornecidos deverão ser produzidos, armazenados e transportados de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos na Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SLTI/MPOG, no que couber;
- b. Cumprir as orientações do Decreto nº 7.746 de junho de 2012, referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, no que couber.
- c. Utilização de preferência de material reciclável, biodegradável e/ou atóxico na composição do produto a ser fornecido, que possuam qualidade comprovada e boa durabilidade.

4.1.2. Indicação de marcas ou modelos(inciso I do art. 41 da Lei nº 14.133, de 2021)

4.1.2.1. A eventual indicação de marcas neste instrumento tem por única finalidade a melhor compreensão, por parte dos licitantes, das especificações do objeto pretendido, nos termos do art. 41, § 1º, inciso I, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021, não representando restrição à participação de produtos equivalentes que atendam integralmente às exigências deste Termo de Referência e do edital.

4.1.3. Documento de Classificação do Produto

4.1.3.1. Será exigido o Documento de Classificação de todos os produtos adquiridos, em atendimento à Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000, ao Decreto nº 6.268, de 22 de novembro de 2007 e a Portaria SDA/MAPA nº 570, de 9 de maio de 2022.

4.1.7. Subcontratação

4.1.7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.1.8. Garantia da contratação

4.1.8.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.8.1.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “E” E ART. 40, §1º, INCISO II, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

5.1. O prazo de entrega do(s) item(ns) é de **20 (vinte) dias**, contado da emissão de Requisição formalizada pelo Contratante, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data avençada, o contratado deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **02 (dois) dias** de antecedência para que o pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela contratante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: **Rua. Professora Sandália Monzon, 210 - Santa Cândida, Curitiba - PR, CEP 82640-040 (Superintendência de Polícia Federal no Paraná)**, aos cuidados do núcleo de materiais do Setor de Logística (NUMAT/SELOG/SR/PF/PR).

5.3.1. A entrega deverá ser realizada no endereço supracitado, durante o horário de expediente, das 9h às 17h, exceto finais de semana e feriados.

5.3.2. É dever da contratada assumir, por sua exclusiva conta, todos os custos e encargos resultantes da entrega desta aquisição, inclusive impostos, taxas, contribuições, emolumentos e suas majorações, incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto.

5.3.3. Fica estipulado que não se estabelece, por força desta aquisição, qualquer relação de emprego entre a União e os funcionários que a Contratada utilizar para a execução da entrega.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “F”, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (*caput* do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (§5º do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (§2º do art. 44 da IN nº 5, de 2017).

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (*caput* do art. 45 da IN nº 5, de 2017).

6.5. Após a assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (*caput* do art. 45 da IN nº 5, de 2017).

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (*caput* do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (inciso VI do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (inciso II do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022);

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção (inciso III do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (inciso IV do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (inciso V do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (inciso VII do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (incisos I e II do art. 23 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (inciso IV do art. 23 do Decreto nº 11.246, de 2022).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração (inciso IV do art. 21 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (inciso III do art. 21 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência (inciso II do art. 21 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (inciso VIII do art. 21 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (inciso X do art. 21 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (inciso VI do art. 21 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “G”, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

Recebimento do Objeto

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de **02 (dois) dias**, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **10 (dez) dias**, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (dez) dias**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.3.1. Na hipótese de substituição de bens por desconformidade com as especificações, de que trata a cláusula 7.2, o prazo para o recebimento definitivo será **recontado integralmente**, a partir da data do novo recebimento dos produtos substituídos.

7.3.2. A critério exclusivo da Administração, poderá ser admitido o recebimento definitivo, ainda que haja a ausência de algum item, pendente de substituição, desde que caracterizado o adimplemento substancial da obrigação contratual e a pendência seja ínfima.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do §2º do art. 7º da Instrução Normativa Seges/ME nº 77, de 2022.

7.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a. o prazo de validade;
- b. a data da emissão;
- c. os dados do contrato e do órgão contratante;
- d. o período respectivo de execução do contrato;
- e. o valor a pagar; e
- f. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para:

- a. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.13. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa Seges/ME nº 77, de 2022.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.23. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa Seges/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.23.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.24. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.25. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.26. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.27. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “H”, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM/GRUPO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Microempreendedor Individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU) ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI): inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais/Municipais ou Distritais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (alínea “c” do inciso II do art. 5º da IN Seges/ME nº 116, de 2021) ou de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante (inciso II do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021);

8.23. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.23.1. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a. Ata de fundação;

b. Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

c. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

d. Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

e. Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

f. Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

9. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “J”, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “J”, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

9.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

9.2.1. Gestão/Unidade: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO PARANÁ - SR/PF/PR (18.45)

9.2.2. Fonte de Recursos: TESOURO - RECURSOS ORDINARIOS (0100000000)

9.2.3. Programa de Trabalho: -

9.2.4. Elemento de Despesa: 3007 - GENEROS DE ALIMENTACAO

9.2.5. Plano Interno: ADMINISTRACÃO DA UNIDADE - OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS (PF99ON9AG25)

9.3. A contratação será complementada ainda pela seguinte dotação:

9.3.1. Gestão/Unidade: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO PARANÁ - SR/PF/PR (18.45)

9.3.2. Fonte de Recursos: FUNAPOL (1019000000)

9.3.3. Programa de Trabalho: -

9.3.4. Elemento de Despesa: 3007 - GENEROS DE ALIMENTACAO

9.3.5. Plano Interno: EIXO POLÍCIA JUDICIÁRIA - PJ -PREVENCAO E REPRESSAO AO TRAFICO ILIC - NACIONAL (PF99LS9PJ25)

9.4. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Curitiba/PR, 12 de agosto de 2024

10. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RAQUEL LAUTERT

Integrante Administrativo Titular



Assinou eletronicamente em 05/09/2025 às 13:37:04.

DIEGO SANT ANA DA SILVA

Integrante Administrativo Substituto



Assinou eletronicamente em 05/09/2025 às 12:36:44.

MATEUS COSTA PINHEIRO DE ARAUJO

Integrante Técnico Titular



Assinou eletronicamente em 05/09/2025 às 15:22:31.